



A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL NA PERSPECTIVA DA LUTA DE CLASSES

Mickaelly Moreira de Araújo¹

Resumo

O artigo proposto compreende os aspectos históricos da educação brasileira, resultantes de intensas lutas de classes. Nesse âmbito, refletindo expressões da questão social evidenciadas e amparadas nas desigualdades sociais. Desse modo, nos reportamos para o surgimento da educação como um mecanismo de transformação da ordem social vigente, ressaltando o seu potencial revolucionário, ao mesmo tempo que se apresenta enquanto aparelho de reprodução ideológica do capital. Assim, compreendemos a trajetória da educação a fim de apreendermos a forma como ela se constitui na contemporaneidade, ou seja, se apresentando como campo de lutas e disputas.

Palavras-chave: educação; ideologia; luta de classes

Abstract

The proposed article includes the historical aspects of Brazilian education, resulting from intense class struggles. In this context, reflecting expressions of the social question evidenced and supported by social inequalities. In this way, we refer to the emergence of education as a mechanism for transforming the current social order, highlighting its revolutionary potential, while presenting itself as an ideological reproduction apparatus of capital. Thus, we understand the trajectory of education in order to grasp the way it is constituted in contemporaneity, that is, presenting itself as a field of struggles and disputes.

Keywords: education; ideology; class struggle

¹ Graduada em Serviço Social. Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mickaelly-araujo@hotmail.com.

I. INTRODUÇÃO

As contradições que permeiam a política educacional consistem em, ora expressar possibilidades de mudança social através do desenvolvimento crítico dos sujeitos, ora a própria disseminação dos ideários capitalistas, que toma como a principal função da educação a preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho. Desse modo, a efetivação dos direitos sociais se torna ameaçada diante das conjunturas que conformam a realidade social.

A Política de Educação, que não se difere das demais políticas sociais, se estabelece, por um lado, como instrumento do Estado para controlar o desenvolvimento intelectual dos sujeitos e apaziguá-los nas condições a que estão submetidos. Por outro lado, consiste em respostas aos movimentos sociais que conseguiram, por meio de mobilizações e lutas, alcançar pequenos avanços que se objetivam, principalmente, em garantir uma educação de qualidade para todos(as), sobretudo, que não estivesse atrelada aos interesses da classe dominante. É nesse cenário de avanços, regressos e antagônicos interesses que a educação apresenta as mais variadas expressões da questão social.

A educação constitui em si, elementos fundamentais para compreensão acerca da sociedade em que vivemos. Cabe-nos o questionamento a respeito do verdadeiro papel que esta desempenha. Se por um lado, é capaz de revolucionar e libertar, por outro, é mais um meio de conformação social utilizado pelas classes dominantes para com a classe trabalhadora.

Partindo desses pressupostos, compreenderemos as diferentes formas de expressões educacionais e os espaços em que essas se solidificam. Assim, apresentaremos a educação formal, compreendida como aquela que acontece dentro do espaço escolar, de modo hierarquizado e oficializado e a educação informal, que se dá no próprio desenvolvimento dos indivíduos, nas experiências que eles adquirem e no modo como se relacionam socialmente.

Nesse sentido, faz-se necessário a compreensão do seu contexto histórico, uma vez que desde os primórdios expressa relações contraditórias no interior da sociedade de classes, quando o conhecimento era advindo da forma como os sujeitos se organizavam em sociedade, por meio dos costumes, tradições e das atividades desenvolvidas. A educação é cogitada em uma perspectiva hereditária e fruto da vivência humana. À medida que as pessoas vivem, se reproduzem e se relacionam socialmente, são responsáveis pela produção e reprodução de conhecimento. Pensamos assim, a educação imersa em uma base material, situada entre os conflitos e as propostas do modo de produção em que

estamos inseridos(as), certos(as) de que esse exerce influência no tipo de saber ao qual estamos condicionados(as).

II PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO

A educação está inserida no contexto da luta de classes desde que o conhecimento era advindo apenas do modo como os sujeitos eram organizados socialmente, compreendendo desse modo, os costumes, tradições e atividades desenvolvidas para este fim. À medida que as pessoas vivem, se reproduzem e se relacionam socialmente, produzem e reproduzem conhecimentos. A educação, estando condicionada a uma base material, permanece entre os conflitos e as propostas do modo de produção capitalista. Assim sendo, estamos certos de que esse exerce influência no tipo de saber do qual fazemos parte.

Consideramos assim que, “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2000, p.45) assim sendo, a divisão dessas classes sempre esteve presente na construção das ideias e na condução do conhecimento. Se o homem constrói o pensamento aliado às experiências extraídas do modo como vive, estando ele numa realidade de disputas econômicas, será levado a considera-las como intrínsecas na própria existência.

Durante o período escravista, no contexto de apropriação de terras e mão-de-obra escrava, surgiu um novo modelo de educação, a educação formal. Essa foi resultado da necessidade de ocupar o tempo livre dos proprietários de terra, visto que eles não precisavam trabalhar, já que detinham bens materiais e sujeitos que desempenhassem o trabalho necessário para eles.

A partir daí, notamos que a finalidade da criação de um espaço destinado à educação surge aliada aos interesses dos proprietários de terra, com isso, devemos considerar a grande influência que a classe dominante, historicamente, exerce sobre as escolas.

Essa modalidade de educação, que antes era direcionada apenas aos proprietários passa a ser ofertada também para a classe trabalhadora, mas como uma forma de disseminar os valores dominantes e preparar mão-de-obra para suprir as demandas do mercado de trabalho. A burguesia passa a utilizar a educação como forma de disciplinar a classe trabalhadora ampliando funções ideológicas, e colocando, na grande massa, valores e normas dominantes. Justificando, assim a função de cada um, acordada com a respectiva classe de origem.

Certamente, se não era mais possível evitar o acesso de todos à educação formal, a burguesia encontrou meios de, através dela, conformar os sujeitos na situação em que estavam. Por meio de conteúdos sistemáticos e definidos, a escola passou a exercer a função de preparar mão-de-obra qualificada para suprir as necessidades do mercado e conformar os indivíduos para que eles se mantenham contemplados no espaço a que foram destinados.

Então, a escola que poderia funcionar para ampliar desenvolvimento crítico e intelectual dos estudantes se torna um espaço de disseminação de valores, característicos do processo de dominação.

II.I Educação no Brasil: abordagem histórica e política

A política de educação, desde o seu surgimento, passou por lentos e consideráveis avanços na sua efetivação. Essa que era, inicialmente, ofertada exclusivamente pela igreja, passa a ser de responsabilidade do Estado, sendo então, laica, gratuita e de qualidade. Consideremos, no entanto, que tudo resultou de intensas lutas por parte dos movimentos sociais.

Sendo essa de responsabilidade do Estado, como previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, a educação torna-se um bem público. Apesar de que, a efetivação dos serviços educacionais de qualidade enfrenta desafios cotidianos que superam as estruturas precárias e a ausência de recursos materiais.

Assim como as demais políticas públicas, a educação enfrenta problemas que já deviam ter sido solucionados, mas que são encarados como algo natural. Sendo sucateada e nunca prioridade pelos governantes. A própria lei garante meios de prover o retrocesso educacional e o prolongamento de prazos para o cumprimento de metas e a partir de então, problemas como o analfabetismo, que já devia ter sido superado pela educação básica, ainda persistem no século XXI de forma significativa.

A política de educação é também resultado de interesses dominantes. Pensada por quem detém o poder estatal e pela burguesia “O Brasil é um país altamente dependente, não resta dúvida de que a maioria das políticas, inclusive as educacionais, são determinadas mais por quem detém o controle de nossos créditos do que propriamente pelos políticos de plantão” (ORSO, 2007, p.06).

Tendo em vista, a influência do capitalismo na sociedade atual, consideremos que não seria diferente com a educação. A política de educação se torna, dessa forma, mais uma aliada na ampliação do capital e no fortalecimento da luta de classes. Acontecem

desse modo, a eclosão dos sucateamentos dos serviços públicos e a consolidação dos serviços privados.

Assim como resgatamos anteriormente, a educação era embasada em conhecimentos adquiridos hereditariamente, ou seja, se davam na própria vivência dos sujeitos. Na divisão de classes, a educação ganhou um novo sentido, o de dominação e de qualificação da mão-de-obra para atender às necessidades do mercado de trabalho.

A história da educação tem seu início na Grécia, onde a elite e somente ela, podia acessá-la, enquanto as pessoas pobres trabalhavam na agricultura e a elas não restava tempo para acesso. A educação Romana, segundo a autora, era patriarcal, o homem desempenhava o papel de educador e exercia a autoridade máxima, cabendo à mulher a função de ensinar aos filhos valores morais.

Considerando que “na Idade Média as escolas traíram fortemente a marca da Igreja Católica” (SAVIANI, 2008), nesse período, a Igreja exercia influência em diversas questões na sociedade, inclusive, na educação. O renascimento, no entanto, rompeu o elo com a Igreja quando trouxe para a educação o conceito de laicidade, individualismo e racionalismo. A questão agora era transformar os homens em pessoas de negócio. A educação ainda era privilégio do clero, nobres e da burguesia.

No Brasil, a educação formal surge na necessidade de catequizar os índios. Desse modo, tornou-se necessário ensiná-los a leitura e a escrita.

Com a “independência” do Brasil, há impulsos e mudanças no território brasileiro. Em 1824, foi outorgada por Dom Pedro I, a primeira Constituição Brasileira, com ela, as mudanças no cenário educacional que deveriam acontecer em 1827 com a lei que determinava que “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias” não foram efetivadas.

Não podemos desconsiderar que, enquanto estratégias e soluções eram lentamente pensadas, movimentos sociais bradavam por mudanças e garantia de direitos, concernentes à educação. Em 1934, foi validada a nova Constituição da República, nessa, era garantida a educação como direito de todos, sendo ministrada pela família e pelo poder público. À União se incumbiu o dever de estabelecer as Diretrizes da Educação Nacional. Três anos após, uma nova constituição é outorgada, enfatizando o ensino pré-vocacional e profissional. As conquistas advindas com a constituição anterior são atenuadas e ao Estado já não cabe mais a responsabilidade de prover uma educação gratuita.

As Leis Orgânicas de Ensino foram regulamentadas em 1942, empreendidas por Gustavo Capanema, essas também ficaram conhecidas como Reforma Capanema e instituíam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI - Decreto lei nº 4048/42), que dispunha de ensino profissionalizante para atender demandas da indústria.

Materializado na era Vargas, o SENAI foi pensado a partir do viés de que, sem educação profissional o desenvolvimento industrial estava comprometido. Quatro anos depois, com a Constituição de 1946, discussões acerca da realidade educacional embasaram a criação da primeira Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Temos como marco a instauração do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946, que visava qualificar as pessoas pobres para atender demandas do mercado de trabalho; O surgimento da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), em 1951; e o Surgimento do Conselho Federal de Educação (CFE) em 1961.

A primeira sanção da LDB se deu em 1961, sendo posteriormente validada a de 1971 e por fim, versada na atualização vigente 1996. A aprovação da lei se deu em 20 de Dezembro de 1961, durante a gestão do presidente João Goulart. Até então, a educação não se constituía como obrigação do Estado e dos municípios. O avanço advindo com a LDB ainda era muito frágil, já que ainda existia uma considerável dificuldade do acesso ao ensino público.

A Lei de Diretrizes e Bases foi resultado de interesses distintos. A classe trabalhadora lutava por uma educação pública de qualidade e fácil acesso, os liberais defendiam a ideia de que a educação era somente dever da família e assim, ela tinha o dever de garantir aos seus membros o ingresso às escolas particulares, ao governo bastava apenas a garantia de bolsas de estudo nessas mesmas instituições às famílias pobres. Em 1971, o Brasil vivia a ditadura militar (1964-1985), sob o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. Nesse período, foi sancionada a segunda LDB, sendo quase um complemento da lei anterior. O que merece principal destaque é o fato de que a lei desobrigou o Estado da oferta da educação pré-escolar. Essa LDB vigorou por 35 (trinta e cinco) anos.

Quanto à oferta da educação privada, essa superou a qualidade do ensino público, garantindo que quem dela tivesse acesso, conseguisse mais facilmente alcançar o ensino superior. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), na modalidade de supletivo, era voltada apenas às práticas de leitura e escrita, ou seja, era um meio de “preparar” os educandos tão somente para o mercado de trabalho.

Criado pela lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), foi efetivado pelo regime militar vigente no Brasil, e tinha como princípio fundamental, a erradicação do analfabetismo, dando prosseguimento a campanhas de alfabetização de adultos.

O Brasil vivia uma época de ditadura e não existia, por parte do Estado, preocupação com a formação dos sujeitos ou o desenvolvimento crítico destes. Os estudantes eram



responsabilizados por assuntos referentes à saúde, ao bom convívio comunitário, às práticas de leitura e contagem, à higiene, à conservação dos bens públicos e “hábitos e atitudes positivas em relação ao trabalho” e, essas eram as abordagens feitas em sala de aula.

O movimento se opunha a ideia de Paulo Freire que tinha a educação como “prática libertadora” e marcada pelo respeito à diversidade. A principal diferença ideológica entre os dois era o fato de, com o MOBREAL, o material didático passou a ser uniformizado, ou seja, era o mesmo em todo o território nacional, o que nos leva a considerar que não eram consideradas as individualidades de cada região. (JANNUZZI, 1983: 63).

O MOBREAL, que era mantido com altos recursos nacionais, teve seus programas incorporados pela Fundação Educar, com a recessão econômica dos anos 1980, através do Decreto nº 91.980, de 25 de Novembro de 1985.

A Fundação fazia parte do Ministério da Educação e tinha como funções, a supervisão dos investimentos dos recursos transferidos para a execução dos seus programas e capacitação dos profissionais responsáveis pela execução das atividades de ensino inerentes a esses programas. Em 1990, no Governo Collor, a Fundação Educar foi extinta, não sendo substituída por nenhum outro projeto.

Já o Fórum de Defesa da Escola Pública (FNDEP), fundado posteriormente e indo de encontro a essa lógica de educação, visava uma mudança significativa no cenário brasileiro. O FNDEP atuou na elaboração da Constituição Federal e da LDB, tendo como principal objetivo a “Defesa da educação como um direito de todo cidadão, sendo dever do Estado oferecer o ensino gratuito e laico” (GOHN, 1992, p.87).

Com a Constituição de 1988, a terceira versão da lei que instituiu a educação brasileira, foi criada. Em 20 de dezembro de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso, sancionou a LDB que vigora até os dias atuais, relatada pelo senador Darcy Ribeiro, a lei ficou conhecida como “Lei Darcy Ribeiro de Educação Nacional”. Com essa, houve a inclusão da educação infantil como parte da educação básica; o reconhecimento da educação à distância; a criação do Plano Nacional de Educação; e a obrigatoriedade da formação profissional para atuar na educação básica. A educação básica passou a constituir-se em: Educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos.

Com a LDB de 1996, as creches e pré-escolas deixam de ser responsabilidade da assistência social e se tornam responsabilidade da educação, não sendo mais vistos como espaços sem fins, mas passando a desenvolver atividades educacionais.

A educação de base, bem como o acesso e permanência na escola, se constituem atualmente como direitos assegurados pela Constituição Federal (1988), pela Lei de



Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90.

O que não podemos desconsiderar é que toda essa realidade está inserida num contexto neoliberal, havendo, portanto um favorecimento e expansão de escolas privadas e a terceirização de serviços nos ambientes educacionais públicos. Ao mesmo tempo em que a privatização desresponsabiliza o Estado na execução da política de educação, favorece a afirmação do capital e submissão da população à ordem social vigente.

A política de educação atende, principalmente, às demandas do mercado e funciona de acordo com o que é exigido desse.

Com isso, a educação se preocupa em acompanhar os avanços tecnológicos e manter os estudantes preparados para atender as demandas do mercado. A fim de preparar mão-de-obra qualificada e manter o exército industrial de reserva impulsionando a competição no ramo industrial. Além disso, as escolas são espaços propícios para divulgação de materiais comerciais, tais como livros, cds, mochilas e tantos outros que atraem a atenção dos estudantes e favorecem a comercialização. O que nos faz perceber que a relação instituída entre escola-famílias- estudantes é, por vezes, uma relação de vendedores e consumidores, sendo essa mais uma propagadora dos interesses do capital.

O que não podemos deixar de elencar é a grande importância dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores em todos os períodos destacados. Os movimentos em favor da escola pública e de qualidade e a luta pela igualdade no acesso e permanência foram decisivos nas significativas conquistas que a classe trabalhadora alcançou. O movimento feminista, por exemplo, reivindicava vagas em creches e pré-escolas para todas as crianças, independente do poder aquisitivo da família a que essa pertencia. Com isso, o poder público se viu obrigado a aumentar o número de espaços especializados nesses serviços.

Fazendo parte de todos os estágios da evolução humana, desde a forma mais primitiva até a atual, a educação se constrói como um processo passível de transformações. Podemos resumi-la como “a forma que a sociedade prepara seus membros para viverem nela mesma” (ORSO, 2008. p.49), Se a compreendermos, dessa forma, como consequência da preparação social, notamos que a educação reproduzida no capitalismo é passível de características inerentes a esse modo de produção e colabora com a sua hegemonização, já que “as instituições formais de educação são uma parte importante do sistema global de internalização [do capital]” (MÉSZÁROS, 2005, p.44).

O período de permanência dos indivíduos no espaço escolar, embora aconteça de forma breve, acompanha a formação e transformações de conceitos e ideologias que são determinantes para o modo como eles se comportarão ao longo da vida. Tendo em vista

que, “[...] embora o período de educação institucionalizada seja limitado sob o capitalismo a relativamente poucos anos da vida dos indivíduos, a dominação ideológica da sociedade prevalece por toda a sua vida” (MÉSZÁROS, 2007, p.294).

O capitalismo sobressai reproduzindo uma cultura de submissão e conformação enquanto camufla a ideia de direitos assegurados, quando amplia a concepção de educação pra todos. A educação formal é aceita pela sociedade como meio de “tornar-se alguém na vida” e, assim, associada à própria concepção de liberdade [financeira].

Percebemos, contudo, uma contradição concernente à importância das escolas na vida dos indivíduos, por um lado: um espaço que tem como função o desenvolvimento político, de reflexões e diálogos, proporcionando formação intelectual e criticidade; por outro: interesses burgueses regando e estabelecendo um conhecimento voltado para atender às suas próprias demandas.

É importante que a verdadeira função da escola seja estabelecida, considerando a vida e as experiências dos sujeitos, de modo a construir um saber transformador. Tal proposição, atenta para necessidade de constituir o conhecimento coletivamente, respeitando as necessidades e as vivências dos indivíduos e os tornando verdadeiros “instrumentos de luta”. Para tanto, é necessário romper com o pensamento burguês e com a influência que a classe exerce nas políticas de educação já que “A burguesia mesma, portanto, fornece ao proletariado os elementos de sua própria educação, isto é, armas contra si mesma” (MARX; ENGELS, 2000, p. 54). Desse modo, é evidente que o interesse em torno da expansão da educação consiste, sobretudo, na própria disseminação de pensamentos particulares da classe dominante.

Os novos desafios para os quais as escolas despertam são as expressões da questão social que se solidificam cada vez mais no ambiente escolar, refletindo no processo educacional e o no desenvolvimento social e intelectual dos sujeitos.

A educação informal, contudo, não se isenta de influências externas baseadas no modo de produção vigente. Se considerarmos que os homens e mulheres recebem influências externas, percebemos que, estando eles, incluídos no processo de expansão do capital, tendem a extrair ideias e conceitos fundamentados na própria vivência. Com isso, reproduzem uma educação baseada em princípios e valores burgueses.

O processo de educação contemporâneo é resultado da disputa de classes percorrida acima. Compreendemos que o capitalismo se utiliza da educação como meio de alcançar emancipação. Vivencia-se, atualmente, uma educação configurada em treinamento. A ideia de revolução social e pensamentos críticos não aparecem no cenário escolar e os conteúdos são mecanizados e abstratos. Os questionamentos relacionados à



ordem vigente são raros, e quando aparecem, são burocratizados e não deixam espaço para flexibilização (ORSO, 2008).

Pensar em uma educação libertadora no cenário que estamos exprimindo, capaz de ultrapassar os muros das escolas formais e os limites da sociedade contemporânea, é conceber que a educação possui em si o poder de transformação e reflexão crítica, para tanto é necessário que os(as) oprimidos(as) consigam refletir acerca da opressão a que são submetidos(as).

No entanto, a participação dos indivíduos no processo de libertação, através da educação, é limitada. A educação, que deveria ser pensada junto a todos(as) os(as) integrantes que a compõe, sendo colocada como fundamental no reconhecimento humano e nas reflexões acerca das situações vivenciadas, não tem participação popular na elaboração do projeto pedagógico, o que dificulta a compreensão de liberdade dos sujeitos e o engajamento na luta para alcançá-la. Restringida ao modo de produção capitalista, a educação desconsidera a vida particular e as experiências dos(as) educandos(as) e limita a reflexão destes(as). Com conteúdos sistemáticos, os indivíduos são pensados como receptores de conhecimentos e não como fundamentais no processo de interação.

Reportamo-nos a esse modo de produção embasado pelo individualismo, pela competitividade e pela imediatividade, compreendendo que, estando os sujeitos inseridos nesse, tendem a reproduzir e apreender, a partir da própria vivência, tais práticas. Sendo assim, a vida determina a consciência e não o inverso (MARX; ENGELS, 1993). Os valores morais, comportamentais e relações sociais são resultados da realidade vivida e reproduzida. A educação é, portanto, produto do mesmo processo.

Se relacionarmos, desse modo, a garantia do direito à educação concomitante aos interesses capitalistas, percebemos que, em caráter contraditório, o acesso aos ambientes escolares, assim como a profissionalização e capacitação dos indivíduos, é obrigatório para o ingresso ao mercado de trabalho, quando, por sua vez, os conteúdos repassados, são limitados e impossibilitam o desencadeamento de discussões acerca do papel do indivíduo na sociedade e a sua possibilidade de transformação.

A universalização e democratização do ensino devem ir além da inserção dos indivíduos no espaço escolar. Alfabetizar as pessoas, no sentido de ensinar a ler e a escrever, é o mínimo a ser ofertado para garantia de dignidade. A educação, em seu amplo conceito deve integrar os sujeitos nesse processo e fornecer a eles subsídios necessários para reflexões e criticidade. Não basta, portanto, considerar a leitura e a escrita como partes fundamentais da educação, é necessário considerar todos os aspectos de vida dos indivíduos como imprescindíveis na formação intelectual deles. Não satisfaz saber como são as coisas, é preciso compreender o que as faz ser como são.

A educação, portanto, estando inserida no modo de produção capitalista e sendo reprodutora da sua ideologia, não conseguirá, jamais, atingir a mudança necessária para uma alternativa educacional diferente,

É preciso atentar para a necessidade de romper com o modo de produção capitalista, salientando que esse é individualista e busca os próprios interesses, por meio da disseminação da própria ideologia e da submissão de classes sobre classes. Tentar modificar a organização educacional dentro do capitalismo é considerar mudanças mínimas e baseadas em leis que só beneficiam o sistema, no entanto, “revoluções não se fazem com leis” (MARX; ENGELS, 2007, p.40).

Com a nova fundação de sociedade, acreditada por Marx, os sujeitos conseguirão viver igualmente e alcançar a formação crítica e intelectual libertada das sistematizações estabelecidas pelo capital. A educação é, assim, um meio importante para a concretização de uma revolução capaz de romper com a lógica capitalista e alcançar a liberdade social.

III. CONCLUSÃO

Se relacionarmos, desse modo, a garantia do direito à educação concomitante aos interesses capitalistas, percebemos que, em caráter contraditório, o acesso aos ambientes escolares, assim como a profissionalização e capacitação dos indivíduos, é obrigatório para o ingresso ao mercado de trabalho, quando, por sua vez, os conteúdos repassados, são limitados e impossibilitam o desencadeamento de discussões acerca do papel do indivíduo na sociedade e a sua possibilidade de transformação.

A universalização e democratização do ensino devem ir além da inserção dos indivíduos no espaço escolar. Alfabetizar as pessoas, no sentido de ensinar a ler e a escrever, é o mínimo a ser ofertado para garantia de dignidade. A educação, em seu amplo conceito deve integrar os sujeitos nesse processo e fornecer a eles subsídios necessários para reflexões e criticidade. Não basta, portanto, considerar a leitura e a escrita como partes fundamentais da educação, é necessário considerar todos os aspectos de vida dos indivíduos como imprescindíveis na formação intelectual deles. Não satisfaz saber como são as coisas, é preciso compreender o que as faz ser como são.

A educação, portanto, estando inserida no modo de produção capitalista e sendo reprodutora da sua ideologia, não conseguirá, jamais, atingir a mudança necessária para uma alternativa educacional diferente. É preciso atentar para a necessidade de superação desse sistema, salientando que esse é individualista e busca os próprios interesses, por meio da disseminação de sua própria visão de mundo e da submissão da classe



trabalhadora. Tentar modificar a organização educacional dentro do capitalismo é considerar mudanças mínimas e baseadas em leis que só beneficiam o sistema, no entanto, “revoluções não se fazem com leis” (MARX; ENGELS, 2007, p.40).

Com a nova fundação de sociedade, acreditada por Marx, os sujeitos conseguirão viver igualmente e alcançar a formação crítica e intelectual libertada das sistematizações estabelecidas pelo capital. A educação é, assim, um meio importante para a concretização de uma revolução capaz de romper com a lógica capitalista e alcançar a liberdade social.

REFERÊNCIAS

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2000. 144 p.(Coleção a Obra – Prima de Cada Autor).

_____, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução de: ENDERLEN, Rubens; SCHNEIDER, Nélio; MARTORANO, Luciano Cavini. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Ed. 70, 1993

ORSO, Paulino José. **A Educação na sociedade de classes**: possibilidades e limites. 1ed. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 49-64 p.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.